



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 44/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.
Em, 16 MAR. 2015
Marcio Pauliki
1º Secretário

Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005.

Art. 1º O inciso XIV, do art. 30 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 [...] [...] XIV – Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. [...]"

Art. 2º O art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - Resolução nº 1, de 1º de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria, comércio, emprego e renda."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de março de 2015.

Marcio Pauliki
MARCIO PAULIKI
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A alteração proposta tem por finalidade modificar a nomenclatura da "Comissão de Indústria e Comércio" para que seja inclusa a expressão "Emprego e Renda", adequando-se, igualmente, a sua competência.

A inclusão da referida expressão atende as necessidades de abrangência dos trabalhos da Comissão, posto que a indústria e o comércio estão diretamente ligados à geração de emprego e renda.

Consigne-se, por fim, que o Projeto de Resolução ora apresentado não dispõe de qualquer alteração estrutural da Comissão.

Pelo exposto, requeiro o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente.

Resolução nº 1, de 1º de março de 2005¹.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 1º O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogada a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de fevereiro de 2005.

Deputado Hermas Brandão
Presidente

Deputado Nereu Moura
Primeiro Secretário

Deputado Geraldo Cartário
Segundo Secretário

¹ com as alterações decorrentes das Resoluções nº 3, nº 4 e nº 5, de 28 de abril de 2011, da Resolução nº 17, de 15 de dezembro de 2011, da Resolução nº 6, de 14 de junho de 2012, da Resolução nº 3, de 29 de abril de 2013, da Resolução nº 7 de 3 de junho de 2013 e da Resolução nº 12, de 12 de setembro de 2013.

VI - manifestar-se sobre proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano, às regiões metropolitanas, às aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como àquelas relacionadas à habitação e transporte coletivo.

§ 1º A Comissão poderá solicitar, à autoridade responsável pela prática dos atos a que se referem os incisos deste artigo que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 2º Na hipótese em que os esclarecimentos de que trata o parágrafo anterior não sejam prestados, a Comissão poderá solicitar que o Tribunal de Contas, no prazo de trinta dias, exare pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 3º Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, caso o Tribunal de Contas entenda que a despesa é irregular e julgue que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizada, ou o reembolso, se já realizada.

§ 4º A Comissão poderá, se assim deliberar, solicitar que o Tribunal de Contas designe técnico para, juntamente com seus membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da Administração Direta ou Indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos dos artigos 74 e 75, inciso IV da Constituição Estadual.

Artigo, incisos e parágrafos acrescidos pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-N Compete à Comissão de Turismo manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-O Compete à Comissão do Mercosul e Assuntos Internacionais manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que se refira ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e relações internacionais em geral.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-Q Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas dos municípios do Estado do Paraná.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.

Art. 33-R Compete à Comissão de Cultura manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada ao desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Artigo acrescido pela Resolução nº 3, de 28 de abril de 2011.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 11/2015

Projeto de Resolução nº. 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

Súmula: Altera a redação do inciso XIV do art. 30 e do art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Resolução nº 1, de 1º de Março de 2005..

EMENTA: ALTERA A REDAÇÃO DO ART. XIV DO ART. 30 E DO ART. 33-M DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. ART. 63, V, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E ART. 121, §2º, II DO REGIMENTO INTERNO. CONSTITUCIONAL. LEGAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de Resolução, de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, tem por finalidade alterar a redação dos artigos pertinentes à regulação regimental da Comissão Permanente de Indústria e Comércio, visando acrescer ao seu escopo as expressões emprego e renda.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 63. O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Constituição;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - decretos legislativos;

V - resoluções;

VI - leis delegadas.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos em geral caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Considerando, portanto o acima exposto, temos que citar o Regimento Interno novamente, no que dispõe seu art. 121, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I - perda de mandato de Deputado;

II - matéria de natureza regimental;

III - criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não excedendo cinco em funcionamento;

IV - conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conivência de seus Secretários de Estado;

VI - contas do Governador;

VII - mudança temporária da sede da Assembleia;

VIII - contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX - licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI - todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII - consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

Ora, desta maneira resta fundamentado e evidente que a competência para iniciar o processo legislativo para a criação de uma Resolução que altera o Regimento Interno é de qualquer deputado, razão pela qual os preceitos para a proposição de um projeto da natureza analisada estão plenamente satisfeitos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Do ponto de vista do seu conteúdo, a análise constitucional e legal estão corroborando para o seu seguimento.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de Resolução, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR

Dep. Estadual NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

APROVADO

22.04.15

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Protocolo nº: 1050/2015

Projeto de Resolução nº 11/2015

Autor: Deputado Marcio Pauliki

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2015

I – Do Relatório

Trata-se de proposição de autoria do Deputado Estadual Marcio Pauliki, cujo objetivo é a alteração da redação do art. 30, inciso XIV, e do art. 33-M, ambos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Nobre Parlamentar aduziu em sua justificativa que a referida alteração tem o intuito de mudar a nomenclatura da Comissão de Indústria e Comércio, de modo a adequá-la às suas competências. Assim, a referida Comissão, seria renomeada como Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

É o breve relatório.

II – Da Fundamentação

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe, em seu art. 222, que as alterações atinentes ao seu conteúdo devem se dar por meio de projetos de resolução e ainda, que cabe à Comissão Executiva interpor parecer sobre tais projetos, *in verbis*:

Art. 222 O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

Primeiramente, no tocante à constitucionalidade, destaca-se que a proposta atende aos pressupostos de iniciativa e competência visto que o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



artigo 54 da Constituição Estadual dispõe ser da Assembleia Legislativa a competência para a elaboração de seu Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 54 Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

Além disso, a proposta encontra-se em consonância com o disposto no art. 124 do Regimento Interno, o qual assevera que a iniciativa dos projetos compete a qualquer membro da Assembleia, conforme se verifica:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ademais, o inciso II do §2º do art. 121 do RI prevê a possibilidade de edição de projetos de resolução, *in verbis*:

Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de Projetos de Lei, de Resoluções ou de Decretos Legislativos.

(...)

§ 2º Os Projetos de Resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

(...)

II - matéria de natureza regimental;

Por sua vez, quanto ao mérito, a proposta pretende adequar a nomenclatura da referida Comissão, de forma a contemplar os demais temas cuja apreciação é de sua alçada, enfatizando assim sua competência para tanto.

Dessa forma, a proposta tem por escopo promover a devida correspondência entre as atribuições da Comissão e sua nomenclatura.

Ressalte-se que a alteração se refere tão somente à denominação da Comissão, não implicando em nenhum impacto quanto à sua estrutura e composição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Executiva



III – Da Decisão

Diante do exposto, verifica-se que a proposta visa aprimorar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná na medida em que complementa e aperfeiçoa seu conteúdo.

Assim, esta Comissão Executiva se manifesta no sentido de emitir parecer **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Resolução para alteração da redação do art. 30, inciso XIV e do art. 33-M do Regimento Interno desta Casa de Leis.

É o parecer.

Curitiba, em 4 de maio de 2015.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

Deputado PLAUTO MIRO
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



À DIRETORIA LEGISLATIVA PARA ANOTAÇÕES.

DATA: 20 MAIO 2015
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

REQUERIMENTO Nº

Requer inclusão como co-autor
do projeto de resolução 11/2015.

O Deputado que o presente subscreve e, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a inclusão como co-autor no Projeto de Resolução 11/2015, dos parlamentares que a este subscreve.

Justifica-se o presente, pois se trata de alteração aprovada pelos membros da Comissão de Indústria e Comércio da qual são integrantes.

Sala das Sessões, 19 de Maio de 2015.

Guto Silva
Dep. Estadual

Paulo Litro
Dep. Estadual

Artagão Junior
Dep. Estadual

Tiago Amaral
Dep. Estadual

Élio Rusch
Dep. Estadual

Felipe Francischini
Dep. Estadual

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 21/05/15

Deputado Estadual Marcio Pauliki
Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - sala 105 - 1º Andar
Telefone: (41) 3350-4176

16:19 20/05/2015 08:26:19 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Informação

Informo que o Projeto de Lei nº 11/2015, recebeu requerimento para inclusão dos Parlamentares que subscreveram, como coautores da mencionada proposição, sendo todos membros da **COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, passando referido projeto, a ser de autoria da mesma, conforme consta no protocolo nº 2619-DAP, aprovado na Sessão Plenária do dia 20 de maio de 2015.

Diretoria Legislativa, em 21 de maio de 2015.

Michelle Kanna Pezzini
Mat. 13.378

1. *Ciente;*
2. *Encaminhe-se ao DAP.*

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

PROJETO DE LEI 242/2015

Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica localizados no Município de Boa Vista da Aparecida.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, conforme relação anexa à presente Lei.

Art. 2º As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RELAÇÃO ANEXA DE QUE TRATA O ARTIGO 1º

ITEM	MATRÍCULA	ENDEREÇO	QUADRA	LOTE	ÁREA LOTE (M²)	ÁREA EDIFICAÇÃO (M²)
1	7958	Rua Marcelo Tolentino, s/nº	65	4	525	-
2	7960	Rua Marcelo Tolentino, s/nº	65	6	525	-
3	7962	Rua Marcelo Tolentino, s/nº	65	8	525	-
4	7963	Rua Marcelo Tolentino, s/nº	65	9	736	-
5	7977	Rua João Mº Antunes Maciel, s/nº	67	1	450	-
6	7985	Rua João Mº Antunes Maciel, s/nº	67	9	220	-
7	7986	Rua João Madalosso, s/nº	67	10	243	-
8	7987	Rua João Mº Antunes Maciel, s/nº	67	11	416	-
9	7988	Rua João Mº Antunes Maciel, s/nº	67	12	370	-
10	7989	Rua João Mº Antunes Maciel, s/nº	67	13	313	-
11	4228	Av. Cícero Barbosa Sobrinho, 785	15	21	525	126,88
12	4217	Av. Cícero Barbosa Sobrinho, 808	23	6	525	152,17
13	476	Av. Cícero Barbosa Sobrinho, 876	25	20	525	103,8
14	7897	Rua Marcelo Tolentino, 51	60	1	525	103,8
15	7899	Rua Marcelo Tolentino, 55	60	3	525	103,8
16	7939	Rua Marcelo Tolentino, 87	63	5	546	103,8
17	7903	Rua Marcelo Tolentino, 63	60	7	525	103,8
18	7909	Rua Marcelo Tolentino, 75	60	13	525	103,8
19	7918	Av. Cícero Barbosa Sobrinho, 982	61	8	525	152,17
20	7919	Rua Ver. Gentil Rossato, 67	61	9	525	126,88
21	7951	Rua Ver. Gentil Rossato, 91	64	7	546	126,88
22	7968	Rua Marcelo Tolentino, 107	66	5	525	86,58

Curitiba, 31 de março de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 06 ABR. 2015

Prado
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica, de sua propriedade, localizados no Município de Boa Vista da Aparecida, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná.

Por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa – UHEGJR, a COPEL adquiriu terrenos no Município de Capitão Leônidas Marques e edificou benfeitorias para atender a necessidade de moradias dos empregados da COPEL e das empreiteiras, que para lá foram deslocados a fim de trabalhar no empreendimento.

Ocorre que, por decisão administrativa, a COPEL transferiu todas as atividades, empregados e terceiros para um único município, qual seja, Capitão Leônidas Marques. Parte dos imóveis localizados no Município de Boa Vista da Aparecida foram então vendidos através de licitação; investidura ou doados aos municípios.

Porém, restaram alguns imóveis que, desocupados, ficaram vulneráveis a ações de vandalismo e depredações, sujeitos ao desgaste natural, também sendo passíveis de invasões e, nestes casos, exigindo da COPEL a propositura de ação de Reintegração de Posse com suas consequentes despesas. Além disso, continuam a onerar a Companhia com custos referentes a tributos municipais, manutenções e eventualmente custas judiciais. Dentre tais imóveis, existem 10 lotes vazios e 12 lotes com edificações que podem ser alienados.

Conforme prescreve a Resolução nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a qual esta Companhia é submetida, nos termos do art. 63, do Decreto 41.019, de 28 de fevereiro de 1957, que elege como vinculados estes bens, constantes do inventário, disposto no art. 54, estabelecendo que as empresas são obrigadas a organizar e manter atualizado o inventário de sua propriedade em função do serviço. Fechando a compreensão o art. 44, que inicia o título dos bens, dispõe: "A propriedade da empresa de energia elétrica em função do serviço de eletricidade compreende todos os bens e instalações que, direta ou indiretamente, concorram, exclusiva e permanentemente, para a produção, transmissão, transformação ou distribuição da energia elétrica".

Visando atender o interesse público, optou-se pela sua alienação, por meio de procedimento licitatório, em conformidade com o art. 17 da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 6º da Lei Estadual nº 15.608/2007.

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.539.591-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/nº
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7341

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DAP para providências.
Em, 02/04/15

Prado
Presidente

14:43 06/04/2015 001539 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Os preços mínimos a serem adotados na licitação foram definidos de acordo com o Laudo de Avaliação SGI 060/2014. Conforme orientação jurídica, esse laudo será atualizado antes da publicação do edital em Diário Oficial, nos termos do art. 17 da Lei Federal 8.666/1993.

Sendo assim, será conveniente para a COPEL GET alienar os 10 imóveis vazios, parte do Patrimônio 819105, e os doze imóveis edificadas, parte dos Patrimônios 902418, 902417, 902424, 902425, 902416, 902423, 902426, 902429, 902403, 902404, 902408 e 902410, localizados no Centro e no Bairro Iguaçu, no Município de Boa Vista da Aparecida que, somados, totalizam uma área de 10.665,00 m², desvinculando-se dos considerados inservíveis à prestação do serviço público de energia elétrica, conforme prevê a Resolução n° 20, supramencionada, por não estar sendo utilizado na prestação do serviço, impactando negativamente a concessão.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficarão sob a responsabilidade dos adquirentes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 242, de 2015, que autoriza a COPEL Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica localizados no município de Boa Vista da Aparecida.

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION

i. Relatório

Submete-se ao exame da Comissão da Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei nº 242, de 2015, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 11, de 2015, na sua origem), objetiva autorizar a Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica localizados no município de Boa Vista da Aparecida.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Uma vez encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



ii. Fundamentação e voto.

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e.Casa Legislativa.²

Em um primeiro momento, o autor é legítimo a apresentar proposições, uma vez que se trata de membros desta e.Casa Legislativa e considerando o teor do artigo 65³ da Constituição Estadual e do artigo 124⁴ do RIALEP.

No que tange ao objeto do projeto em tela, imperioso mencionar o que dispõe o artigo 10, parágrafo único da Constituição do Estado do Paraná, que trata da alienação dos bens imóveis do Estado, especialmente, a título oneroso, com autorização prévia, conforme segue:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual, e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ainda, a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, estabelece regras para a alienação de bens da Administração Pública, conforme segue:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:
(...)

III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

Dispõe sobre o tema também a Lei Federal nº 8666/93, a qual versa sobre licitações:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:
(...)

e) venda a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo;

Cumpra salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na Constituição do Estado do Paraná, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

No que concerne a juridicidade, o PL está em perfeita harmonia considerando que: (i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele ventilada traz inovações ao ordenamento jurídico; e (iii) está em perfeita consonância com os princípios gerais do Direito.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Igualmente o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.

Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do presente PL.

É O VOTO.

iii. Conclusão

Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 242, de 2015**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

SALA DAS COMISSÕES, 08 de Abril de 2014.

Scamroca

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Bernardo Geli

GUTO

Pastor



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 242/15

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo - Mensagem nº 011/15, que autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis que especifica localizados no Município de Boa Vista da Aparecida.

Os imóveis objeto da proposta em tela, são 10 (dez) vazios e 12 (doze) edificadas, localizados no Centro e no Bairro Iguaçu, no Município de Boa Vista da Aparecida que, somados, totalizam uma área de 10.665,00 m² (dez mil, seiscentos e sessenta e cinco) metros quadrados.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do seu Relator Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, sendo o mesmo aprovado.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta encontra-se plenamente justificada.

Constata-se que o autor da matéria tem legitimidade para propor o Projeto de Lei em questão, consoante o art. 65 da Constituição Estadual.

Da mesma forma a Constituição Estadual em seu art. 10 parágrafo único, dispõe sobre as alienações dos bens imóveis do Estado, mais especificamente no que tange a autorização prévia da Assembleia Legislativa do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura
Comissão de Finanças



Sendo assim, a matéria encontra-se em perfeita consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/00.


Ainda observa o autor, de acordo com o art. 2º da Proposta de Lei, que as despesas decorrentes da escrituração e registro correrão por conta dos adquirentes.


CONCLUSÃO


Isto posto, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/05/15


DEPUTADO GILSON DE SOUZA
PRESIDENTE


DEPUTADO PAULO LITRO
RELATOR


Dep. Tiago


Dep. Elís


Dep. Scorsone₂